



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

231
8

9ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO "A"
Apelação Cível c/ revisão n. 255.304.4/8-00
Apelante: MARIO COVAS NETO
Apelado: PAULO SALIM MALUF E OUTRO
Comarca: Capital

Voto nº 96

DANO MORAL – Direito à imagem
– Alegação de ofensa à honra em
razão de declarações dos réus à
imprensa- desafio lançado ao autor,
que não caracteriza dano moral-
afirmação, no entanto, atribuída ao
co-réu, de que o autor estaria
envolvido em irregularidades-
ausência de provas das
irregularidades e da existência de
processo administrativo ou judicial
que tenha apurado sua ocorrência-
difamação- dano moral
caracterizado- recurso parcialmente
provido para acolhimento parcial do
pedido.

Trata-se de recurso de apelação
interposto contra a r. sentença que julgou improcedente pedido
de dano moral em razão de declarações difamatórias,
divulgadas pela imprensa, e condenou o autor nas verbas de
sucumbência.

Inconformado, recorre o vencido



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

buscando a inversão do julgado. Sustenta que o dano moral está bem caracterizado e insiste na procedência do pedido.

Recurso preparado e respondido.

É o relatório

O autor é filho do falecido governador do Estado de São Paulo, Mario Covas Júnior, e afirma que à época dos fatos, foi ofendido em sua honra pelos réus.

As ofensas foram proferidas em momentos distintos e publicadas no jornal "Folha de São Paulo".

Paulo Maluf teria afirmado, referindo-se ao episódio envolvendo Nicéia Pitta, na época casada com o Prefeito Celso Pitta, que: "A única pessoa que defendeu foi o Covas, que quer encobrir os escândalos do filho, Mario Covas Neto, de codinome "Zuzinha". O "Zuzinha" está envolvido em irregularidades na Tejofran, empresa do padrinho de casamento dele, e na companhia de habitação do Estado".

Celso Pitta, por sua vez, teria lançado suspeitas sobre a honestidade do autor ao afirmar: "Minhas contas estão abertas. Desafio que façam o mesmo. Quero ver o Covas abrir as contas do Zuzinha (Mário Covas Neto, filho do governador), do Detran e do CDHU".

Em suas contestações, Celso Pitta confirma as declarações que lhe são atribuídas e Paulo Maluf diz não se recordar de ter concedido a citada entrevista nos termos em que veiculada, para, posteriormente, justificar o cenário político que teria dado margem a tal declaração.

235
J



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Em relação ao réu Celso Pitta, a sentença não merece qualquer reparo.

Com efeito, Celso Pitta limitou-se a lançar desafio ao governador e ao autor. E o desafio não ofende a honra, nem do governador, nem de seu filho. Com efeito, à época, o então Prefeito de São Paulo estava sendo acusado de irregularidades por sua esposa. E em resposta, afirmou abrir mão do sigilo de suas contas, e desafiou outra autoridade a fazer o mesmo. Não vislumbro dano à honra de qualquer dos envolvidos, porque nada de afirmou quanto à honestidade de ambos, mas antes, a afirmação tinha o condão de provocar, mais que ofender. E a provocação, isto parece claro, era dirigida ao Governador do Estado, e não a seu filho, ora autor.

De toda sorte, o réu não imputou qualquer fato ilícito ou imoral ao autor, não se configurando o dano moral, portanto.

Em relação ao réu Paulo Maluf, no entanto, o recurso merece provimento, porque suas declarações imputam fato específico e difamatório ao autor.

Com efeito, preliminarmente há que se desconsiderar a afirmação dúbia, inserida na contestação, no sentido de que o réu não se recorda de ter concedido entrevista com aquele teor.

Para tornar os fatos controvertidos, o réu deve negar ter concedido a entrevista (coisa que não nega), ou afirmar que o conteúdo da entrevista foi alterado, no momento da publicação, indicando precisamente onde e o que foi alterado sem seu consentimento. Assim agindo, está sujeito às

226
8



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

penalidades da litigância de má fé, uma vez que se demonstre que alterou a verdade dos fatos.

Entretanto, limitando-se a afirmar que não se recorda de ter concedido entrevista com aquele conteúdo, não tornou os fatos controvertidos, razão pela qual presume-se verdadeira a declaração que lhe é atribuída.

Feita esta consideração, passo à análise do conteúdo das afirmações.

O réu afirma textualmente que o autor " está envolvido em irregularidades na Tejofran, empresa do padrinho de casamento dele, e na companhia de habitação do Estado".

Trata-se de uma afirmação peremptória e não há qualquer referência ao fato de que é terceiro (no caso, Renan Calheiros), quem afirma tal fato.

Ora, o fato de que estas denúncias de irregularidade haviam partido de Renan Calheiros, com ampla divulgação e repercussão na imprensa, não socorre o réu, ao contrário do apontado na sentença recorrida. Mormente porque Renan Calheiros foi condenado, (segundo sentença juntada aos autos) a indenizar o autor pelos danos morais que lhe causou com tais declarações.

Com efeito, todos os documentos que instruíram as contestações são reproduções de matérias jornalísticas, que comentavam as denúncias de irregularidades. Não há uma peça sequer de um inquérito policial, processo administrativo ou judicial, relativo à investigações oficiais de tais irregularidades.

23x
f



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Não há qualquer prova nos autos, por outro lado, de que o autor tenha sido indiciado ou condenado, por participação em qualquer irregularidade nas empresas citadas. Neste contexto, conclui-se que nada se provou, por meio do devido processo legal, a respeito das "irregularidades" que o réu atribuiu ao autor.

Argumento que é muito caro ao réu, nas ações em que pleiteia ele próprio dano moral porque sente ofendida sua honra, é o de não se pode acusar sem provas. Também ressalta o princípio constitucional do estado de inocência, para reforçar que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória" (Vide Processo 00.549.167-3, Paulo Salim Maluf contra AS o Estado de São Paulo- ação de indenização por danos morais, Recurso n. 247.517.4/6-00, nesta mesma Câmara).

Sabedor de tais princípios, que invoca a seu favor quando lhe é conveniente, nada mais justo que os aplique e respeite, em relação ao outro.

O réu agiu de forma ilícita, porque imputou ao autor a prática de irregularidades não provadas, relacionadas à administração pública, denegando sua reputação.

Por outro lado, na concepção moderna da teoria da reparação do dano moral prevalece, como ensina o sempre autorizado Mestre CARLOS ALBERTO BITTAR, a orientação de que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação. Com isso, verificado o evento danoso, surge *ipso facto*, a necessidade de reparação, uma vez presentes os pressupostos de direito. Dessa ponderação,

236
8



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

emergem duas consequências práticas de extraordinária repercussão em favor do lesado: uma é a dispensa da análise da subjetividade do agente; outra, a desnecessidade de prova do prejuízo em concreto" (*in* Reparação Civil por Danos Morais, RT, 1994, p. 202).

Na determinação da reparação devida há fatores que devem ser considerados. A este respeito ensina CARLOS ALBERTO BITTAR: "Há certos fatores que influenciam a determinação da reparação devida, identificados e discutidos na doutrina e, por vezes, incluídos em textos legais. Inserem-se neste contexto, fatores subjetivos e objetivos, relacionados às pessoas envolvidas, que na prática acabam influenciando no espírito do julgador, a saber, de um lado, a análise do grau de culpa do lesante e a eventual participação do lesado na produção do efeito danoso, e de outro, a situação patrimonial e pessoal das partes e a proporcionalidade ao proveito obtido com o ilícito." (obra citada, p. 209).

Todos estes fatores autorizam a fixação da indenização em R\$ 30.000,00, para esta data, acrescidos de juros de mora legais a partir da data dos fatos.

O arbitramento da indenização em valor inferior ao pleiteado não impede a fixação de verbas de sucumbência, em valor proporcional à condenação. O Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, no julgamento do RESP n. 556.912/SP deixou assente: *"Dada a multiplicidade de hipótese em que cabível a indenização por dano moral, aliado à dificuldade na mensuração do valor do ressarcimento, tem-se que a postulação contida na exordial se faz em caráter meramente estimativo, não podendo ser tomada como pedido certo para*

251
8



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

efeito de fixação de sucumbência recíproca, na hipótese de a ação vir a ser julgada procedente em montante inferior ao assinalado na peça inicial."

Desta feita, independente do fato de ser a autora assistida por advogado dativo, o réu deve arcar com honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, além das custas e despesas processuais.

Pelo exposto, dá-se provimento em parte ao recurso, para julgar parcialmente procedente a ação e condenar o réu PAULO SALIM MALUF ao pagamento de indenização por danos morais, no montante de R\$ 30.000,00, corrigidos a partir desta data, e acrescidos de juros de mora legais (0,5% ao mês até dezembro de 2002 e 1% ao mês a partir de janeiro de 2003) devidos a partir da data dos fatos (Súmula 54 do STJ), custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da condenação. Ficam mantidos, no mais, todos os termos da r. sentença.

HERTHA HELENA ROLLEMBERG PADILHA PALERMO
Relatora

240
J